

Sindsep/MA convoca servidores para encamparem a luta contra o congelamento de salários

No último sábado, 02 de maio, o Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 39, que prevê recursos para que estados e municípios possam enfrentar no novo Coronavírus (Covid – 19).

Em contrapartida a essa ajuda, o relator do projeto, senador Davi Alcolumbre (DEM – AP), condicionou o congelamento de salários dos servidores federais, estaduais e municipais até o final de 2021.

Novamente o servidor público é penalizado na tentativa de justificar medidas que deveriam fazer parte do universo de responsabilidades do Governo Federal.

O Sindsep/MA entende que a ajuda aos estados e municípios é inerente para o enfrentamento da doença, pois os números já ultrapassaram 97 mil casos confirmados no Brasil, com mais de 6.700 mortes. No mundo, os números já ultrapassam a incrível marca de mais 246 mil mortes, e mais de 3,4 bilhões de infectados.

A entidade atenta para a importância de manter a pressão em cima dos deputados federais, pois a matéria será votada agora pela Câmara dos Deputados.

É importante que os servidores públicos enviem e-mails no sentido de pressionar os deputados a não votarem a pauta com o congelamento dos salários.

O Diário do Sindsep/MA vai disponibilizar os e-mails dos deputados federais, para que seus filiados possam enviar mensagens pressionando os parlamentares a não aprovarem o ponto do projeto que congela os salários dos servidores.

“É importante que nossos filiados possam encampar essa batalha. As entidades representativas dos servidores públicos, em conjunto com o Sindsep/MA, estão pressionando e lutando para que esse PL não penalize os servidores públicos como um todo”, declarou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Jornalistas são agredidos em ato estimulado por Bolsonaro

Mais uma vez, o tom autoritário e agressivo de Jair Bolsonaro ecoou em seus seguidores. Num ato antidemocrático, no qual milhares de pessoas protestaram em frente ao Planalto pedindo o fechamento do Congresso e do STF, jornalistas e suas equipes foram agredidos com chutes e socos por apoiadores do presidente da República.

A manifestação, que contou com a presença de Bolsonaro, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e resultou em pancadaria, quando membros da mídia foram atacados por manifestantes. O fotógrafo Dida Sampaio do Estadão, e o motorista de sua equipe, Marcos Pereira, foram os primeiros a sofrer violência, que depois se estendeu ao repórter da Folha de S. Paulo Fabio Pupo, que tentou defender o par. O jornalista do Poder 360 Nivaldo Carboni também foi agredido fisicamente. Todos foram retirados do local por uma escolta policial e passam bem.

Matéria completa em cut.org.br

DEPUTADOS FEDERAIS DO MARANHÃO

Aluisio Mendes (PSC/MA)

3215-5931 / 3215-2931

dep.aluisiomendes@camara.leg.br

André Fufuca (PP/MA)

3215-5945 / 3215-2945

dep.andrefufuca@camara.leg.br

Bira do Pindaré (PSB/MA)

3215-5480 / 3215-2480

dep.biradopindare@camara.leg.br

Cleber Verde - Republicanos/MA)

3215-5710 / 3215-2710

dep.cleberverde@camara.leg.br

Edilázio Júnior (PSD/MA)

3215-5862 / 3215-2862

dep.edilaziojunior@camara.leg.br

Eduardo Braide (PODE/MA)

3215-5578 / 3215-2578

dep.eduardobraide@camara.leg.br

Gastão Vieira (PROS/MA)

3215-5370 / 3215-2370

dep.gastaovieira@camara.leg.br

Gil Cutrim (PDT/MA)

215-5385 / 3215-2385

dep.gilcutrim@camara.leg.br

Gildenemyr (PL/MA)

3215-5660 / 3215-2660

dep.gildenemyr@camara.leg.br

Hildo Rocha - MDB/MA)

3215-5734 / 3215-2734

dep.hildorochoa@camara.leg.br

João Marcelo Souza - MDB/MA)

3215-5506 / 3215-2506

dep.joaomarcelosouza@camara.leg.br

Júnior Lourenço (PL/MA)

3215-5513 / 3215-2513

dep.juniorlourenco@camara.leg.br

Juscelino Filho - DEM/MA)

3215-5222 / 3215-2222

dep.juscelinofilho@camara.leg.br

Márcio Jerry (PCdoB/MA)

3215-5372 / 3215-2372

dep.marciojerry@camara.leg.br

Marreca Filho (Patriota/MA)

3215-5537 / 3215-2537

dep.marrecafilho@camara.leg.br

Paulo Marinho Jr (PL/MA)

3215-5715 / 3215-2715

dep.paulomarinhojr@camara.leg.br

Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA)

3215-5814 / 3215-2814

dep.pedrolucasfernandes@camara.leg.br

Zé Carlos (PT/MA)

3215-5543 / 3215-2543

dep.zecarlos@camara.leg.br



CUT repudia ataque do Senado aos salários dos servidores públicos de todo país

A Executiva Nacional da CUT divulgou nota neste domingo (3) repudiando item do Projeto de Lei (PL) nº 39, que prevê congelamento de salários dos servidores federais, estaduais e municipais. Para a Central, é de fundamental importância a ajuda financeira para que estados e municípios tenham recursos para enfrentar o novo coronavírus (Covid-19), que atinge mais de 3,4 milhões de pessoas no

mundo e registra 246.474 mortes. No Brasil o total de casos confirmados já chega a 97.424 e o de mortos 6.777.

A doença é feroz, não tem vacina nem remédio, portanto, é preciso liberar recursos, sim, para compensar os efeitos do isolamento social, única maneira de ser prevenir contra a Covid-19, mas a conta não deve ser paga pelos trabalhadores e trabalhadoras, diz

trecho da nota.

A CUT encerra a nota conclamando as entidades filiadas, CUTs estaduais e Ramos a se engajarem imediatamente numa campanha virtual de pressão e convencimento dos deputados para não permitir que mais essa penalização dos trabalhadores e trabalhadoras seja aprovada na Câmara dos Deputados.

Confira a íntegra da nota:

NOTA

Diante da expansão do número de infectados e mortos pela Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, o Senado Federal aprovou na noite deste sábado (02), o Projeto de Lei (PL) nº 39 que prevê uma ajuda que a CUT sabe que é necessária aos estados e municípios para o enfrentamento da crise sanitária causada pela pandemia.

A CUT reconhece que essa crise, além de aprofundar a crise econômica que estava instalada, também expôs as graves dificuldades do nosso sistema de saúde para enfrenta-la, em função das medidas que restringiram e diminuíram o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), como o congelamento dos gastos.

No entanto, o governo mais uma vez quer jogar uma parte da conta dessa luta contra a pandemia para os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal, estadual e municipal, ao aprovar como uma das condições para os estados e municípios receberem a ajuda federal, o congelamento dos salários dos servidores até dezembro de 2021. Além dis-

so, proíbe a realização de concursos públicos, progressão de carreira, contratação de temporários etc., na contramão do necessário fortalecimento dos serviços públicos para combater a maior emergência sanitária da história.

A CUT repudia esse ataque aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público que não podem e não devem pagar essa conta! Os servidores, muitos na linha de frente do combate à doença, também sofrem com a Covid-19 e há anos padecem dos efeitos das políticas econômicas neoliberais de diminuição do estado e sucateamento dos serviços públicos. O noticiário tem mostrado a falta de estrutura, pessoal e equipamentos de proteção que já vitimaram dezenas de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde e segurança pública, mas que também é a realidade em todos os outros serviços de atendimento aos cidadãos, como a educação, ciência e tecnologia e apoio a agricultura familiar.

É urgente que o Congresso Nacional aprove leis que cobrem de quem tem mais para o financiamento do combate a crise sanitária e suas

consequências para o futuro, e não daqueles que dependem única e exclusivamente dos seus salários para viver. É preciso taxar as grandes fortunas, as grandes empresas e corporações, o sistema financeiro com pagamento de impostos sobre os lucros e dividendos e suspender o pagamento de bilhões da dívida pública. Esses recursos seriam mais do que suficientes para combater a Covid-19 e também promover o necessário reaparelhamento do estado para atender o povo brasileiro.

Por isso, a CUT não apenas repudia essa atitude, mas também conclama a Câmara Federal a corrigir essa enorme injustiça que o Senado cometeu contra os servidores e servidoras públicos de todo o país.

A CUT também conclama todas nossas entidades filiadas, CUTs estaduais e Ramos a se engajarem imediatamente numa campanha virtual de pressão e convencimento dos deputados para não permitir que mais essa penalização dos trabalhadores e trabalhadoras seja aprovada.

Executiva Nacional da CUT